

José Carlos Corrêa

Escreve aos sábados neste espaço

E-mail: jccorrea@redgazeta.com.br

/// Criar um novo município, a esta altura, só pode ser ideia de quem está desinformado ou colocando o seu interesse acima do interesse maior da coletividade

Municípios em ruína

A maior queda ocorre em Vitória, algo em torno de R\$ 100 milhões/ano. Mas, em percentual, há quedas muito maiores, de até 20%, segundo a Amunes, a Associação dos Municípios do Espírito Santo. São esses os montantes da diminuição das receitas dos municípios capixabas em decorrência do definhamento do Fundap e da redução da alíquota de ICMS e dos repasses do FPM, o Fundo de Participação dos Municípios. Somando-se a isso a crise nos preços do café, está montado um cenário de penúria e ruína que atormenta administradores e munícipes no Espírito Santo. E olhem que nesta conta não está, ainda, contabilizada a perda dos royalties do petróleo, que ainda nos ameaça.

A tragédia já estava desenhada quando o Fundap foi guilhotinado pelo governo federal. Muitos achavam exagerados os cálculos do Sindiex – alguns apoiadores do governo Dilma tachavam as previsões de alarmistas –, mas agora, quando se vê os prefeitos demitindo funcionários e desativando obras e serviços públicos, é possível sentir na pele a extensão do tsunami.

No Debate CBN, realizado em junho, o prefeito Rodney, de Vila Velha, já con-

tava que estava economizando “cada centavo”, mas que havia chegado “no limite”. Na época, Dilma havia anunciado um audacioso plano de construção, com recursos federais, de unidades de atendimento à saúde, deixando, contudo, a cargo das municipalidades colocar as unidades em operação. “Com que dinheiro iríamos fazer isso?”, desabafava.

De lá para cá, a situação só piorou. Audifax, prefeito da Serra, dizia, no mesmo debate, que estava economizando R\$ 4 milhões por mês, mas a conta “não fechava”. Ainda hoje admite que deve ao INSS e a fornecedores algo em torno de R\$ 270 milhões. Em alguns municípios, como Baixo Guandu e Marechal Floriano, os prefeitos chegaram a reduzir os seus próprios salários para dar o exemplo.

A revista “Finanças dos Municípios Capixabas” informa que, em 2012, cinco municípios do Espírito Santo já descumpriam os limites de gastos com pessoal estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A Amunes prevê que em 2013 a quantidade de municípios nesta situação estará entre 20 e 30.

Diante de um quadro assim, é possível perceber, em toda a dimensão, o contrassenso das propostas de criação de novos municípios quando nem os atuais estão conseguindo sobreviver com as suas próprias pernas. Criar um novo município, a esta altura, só pode ser ideia de quem está desinformado ou colocando o seu próprio interesse acima do interesse maior da coletividade.